



## PROCURADORIA JURÍDICA

### PARECER Nº 777

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 1181**

**PROCESSO Nº 6734**

De autoria do **PREFEITO MUNICIPAL (GUSTAVO MARTINELLI)**, o presente Projeto de Lei Complementar dispõe sobre a instituição do **Programa de Pagamento Incentivado de Parcelamento Administrativo – PPIPA VI**, destinado à regularização de créditos municipais tributários e não tributários, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, inclusive os ajuizados, referentes a fatos geradores ocorridos até o exercício imediatamente anterior.

O projeto apresenta exposição de motivos e está instruído com a documentação pertinente, incluindo estimativa de impacto orçamentário-financeiro às fls. 15/24, em atendimento ao art. 14 da Lei Complementar nº 101/2000.

É o relatório.

#### **1 – PARECER – DA CONSTITUCIONALIDADE:**

A propositura pretende instituir novo programa de regularização tributária, voltado à facilitação do pagamento de débitos municipais.

Assim, o projeto se apresenta legal e constitucional.

O projeto em exame versa sobre administração tributária, política fiscal municipal e formas de extinção e regularização de créditos, temas inseridos na competência legislativa municipal (art. 30, III, CF) e na iniciativa privativa do Chefe do Executivo, por força do art. 61, §1º, II, “b”, da CF/88, aplicado por simetria aos Municípios.

A Lei Orgânica Municipal confirma tal entendimento:

**Art. 46 – Compete privativamente ao Prefeito a iniciativa dos projetos de lei que disponham sobre:**

**IV – matéria orçamentária, serviços públicos e organização administrativa.**

**Art. 72 – Compete privativamente ao Prefeito:**

**II – dirigir a Administração Municipal;**

**IV – iniciar o processo legislativo nos casos previstos na Lei**





*Orgânica;*

*XII – dispor sobre organização e funcionamento da Administração Pública.*

No caso concreto, o projeto organiza modalidades de pagamento, descontos condicionados e regras de adesão ao programa, o que se enquadra no legítimo exercício da competência do Executivo para conduzir a política fiscal municipal.

O PPIPA VI estabelece reduções de multas e juros, enquadradas como benefícios fiscais admitidos pela legislação tributária. As reduções de multa constituem hipóteses de anistia previstas no art. 180 do CTN, enquanto a redução de juros integra o conjunto de condições especiais autorizadas pelo art. 155-A do CTN para programas de parcelamento. A estimativa de impacto orçamentário-financeiro foi apresentada às fls. 15/24, atendendo ao art. 14 da LRF.

O projeto respeita ainda o art. 37, caput, da CF, promovendo eficiência, publicidade e razoabilidade na gestão da receita pública.

A exigência de confissão irretratável e renúncia a ações ou embargos, prevista no PLC, encontra amparo no art. 171, II, do CTN, no art. 174, parágrafo único, IV, do CTN e no art. 202, VI, do Código Civil.

As regras de exclusão, inadimplência e rescisão atendem ao disposto no art. 155-A, §4º, do CTN.

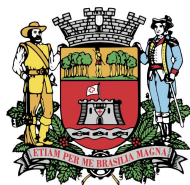
Assim, não há qualquer incompatibilidade material com a Constituição Federal, com o CTN ou com a LRF.

**Observa-se, contudo, que o corpo do projeto de lei não indica expressamente as dotações orçamentárias eventualmente afetadas pela implementação do programa. Embora constem elementos orçamentários às fls. 15/24, não há dispositivo normativo específico tratando da matéria.**

**Diante disso, sugere-se seja oficiado o Chefe do Executivo para que avalie a necessidade de promover ajuste na redação do projeto, a fim de inserir artigo indicando as dotações orçamentárias que serão oneradas, em observância ao art. 14 da LRF.**

## **2 – CONCLUSÃO**





No mais, não se constata óbices jurídicos à tramitação do projeto, que se encontra apto a seguir para análise da Câmara Municipal, nos termos das competências constitucionais e orgânicas aplicáveis.

#### **DAS COMISSÕES A SEREM OUVIDAS:**

Nos termos do art. 139, inc. I, do Regimento Interno da Edilidade, sugerimos a oitiva de Comissão de Justiça e Redação e da Comissão de Finanças e Orçamento.

QUÓRUM: Maioria absoluta (art. 44, §2, “a”, da L.O.M.).

Jundiaí, 02 de dezembro de 2025.

**Pedro Henrique Oliveira Ferreira**

Procurador Geral

**Jesiel Henrique Sueiro**

Procurador Jurídico

**Ana Flávia Silva Aguilar**

Procuradora Jurídica

**Ester Vitória de Jesus Moraes**

Estagiária de Direito

**Ana Luiza Canalli Balsamo**

Estagiária de Direito

**Alday Alves Vieira**

Estagiária de Direito

**Stephany Vitória Traldi de Souza**

Estagiária de Direito

